



Miguel Poiares Maduro

Ministro-Adjunto e do Desenvolvimento Regional

Comissão de Ética

Lisboa, 09 de outubro de 2013



Gostaria de começar por agradecer os muitos contributos que recebemos na preparação desta proposta de contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão. Quero agradecer, em particular, a colaboração do Conselho de Administração da empresa.

Gostaria também de manifestar desde já a total disponibilidade e interesse em receber os contributos e sugestões dos senhores deputados. Esta proposta vai ser igualmente apresentada hoje aos trabalhadores da RTP e enviada à ERC e ao Conselho de Opinião da RTP.

O novo contrato de concessão do serviço público de rádio e televisão tem por base algumas preocupações fundamentais:

- Preparar a RTP para prosseguir o serviço público no contexto de um mercado audiovisual substancialmente diferente no futuro, com a integração de múltiplas e novas plataformas de acesso a conteúdos.
- Estabelecer uma orientação clara para o serviço público e promover uma cultura institucional susceptível de a prosseguir em vez de apostar tanto numa multiplicação de regras sobre conteúdos a incluir pelo serviço público.
- Posicionar o serviço público quer como um regulador de qualidade do mercado audiovisual português, quer como um promotor desse mercado e da sua diversidade e criatividade. Posicionar o serviço público de media, igualmente, como um promotor de Portugal no mundo.



- Aproximar o serviço público dos cidadãos, quer através da promoção da confiança e relação institucional estabelecida com a RTP quer através de uma lógica de programação de proximidade e identidade.
- Conceber este contrato à luz de um modelo de Governo que evite, no futuro, o risco (ou percepção) de governamentalização da RTP e, dessa forma, contribua também para uma gestão mais eficaz e eficiente da empresa.

Permitam que identifique de seguida algumas das novidades mais importantes do contrato de concessão, antes de vos falar sobre os meus planos para o modelo de Governo e a televisão em sinal aberto (TDT).

1. Integrar no mesmo contrato o Serviço Público de Televisão e o Serviço Público de Rádio, sob a égide do conceito Serviço Público de Media, sendo que este pressupõe a produção e distribuição de conteúdos através de múltiplas plataformas (incluindo novos media). Integrar serviços não significa, no entanto, assimilar conteúdos. A diversidade, originalidade e inovação são conceitos chave na missão atribuída à RTP.
2. O serviço de programas generalistas (vulgo RTP 1) continuará a ser uma canal dirigido ao grande público devendo funcionar como um regulador da qualidade da programação generalista, competindo com os outros canais através de formatos diferenciadores.



3. O segundo canal generalista ganha uma identidade mais clara, sendo que terá uma forte ênfase cultural.
4. O canal de informação deve ter uma vocação especial de proximidade, concedendo especial atenção à informação regional sempre que possível através de janelas de programação.
5. É feita uma remodelação dos serviços internacionais que corresponderá a um investimento reforçado nestes serviços, incluindo em conteúdos próprios. Estes devem assegurar a promoção económica e cultural de Portugal, para além de continuarem a promover a ligação às comunidades portuguesas e aos países de língua portuguesa. Estas diferentes funções podem variar consoantes os canais e áreas do globo. Foi criado um grupo de trabalho informal que inclui representantes dos ministérios dos negócios estrangeiros e economia para, em conjunto com a empresa, desenvolver e concretizar este novo modelo. Solicitei à RTP que instalar a sede dos serviços internacionais no Porto, o que parece possível.
6. O Contrato de Concessão transforma a RTP num grande dinamizador do mercado de produção audiovisual independente. Mas faz isso promovendo, ao mesmo tempo, a massa criativa dentro da empresa que irá interagir (e em muitos casos co-produzir) com este mercado (incluindo o cinema). Promove igualmente critérios de transparência na relação com esse mercado.

7. É criado um núcleo de editores especialistas por géneros de programação com vista ao desenvolvimento de novas ideias e formatos e será promovida a criação de um núcleo de criatividade.
8. Estes núcleos são parte de uma nova cultura institucional (que se antevê vir a ser, igualmente, promovida pelo novo modelo de Governo) susceptível de incorporar e implementar mais facilmente os valores do serviço público. Pretende-se também uma cultura institucional mais aberta à inovação, à recompensa do mérito, e à promoção da massa crítica interna da empresa. É também neste sentido que é obrigatória a existência de um código de ética e conduta, amplamente divulgado publicamente, e que será a base de auto-avaliações periódicas pelos próprios serviços.
9. A empresa irá desenvolver estudos para o possível lançamento de novos serviços de programas em quatro áreas: infanto-juvenil; educação; música; sociedade civil (neste caso eventualmente cooperando sobretudo com a própria sociedade civil e por iniciativa desta). O lançamento de novos canais depende destes estudos e da sua adequação à sustentabilidade financeira da empresa estando dependentes de autorização da tutela ou da entidade a criar no âmbito do novo modelo de Governo.

Senhores Deputados,

Estas são apenas algumas das inovações incluídas neste contrato.

A discussão sobre o Contrato de Concessão da RTP deve ser o mais alargada, inclusiva e aberta possível a toda a sociedade portuguesa.



Neste sentido vou reforçar o processo de consulta pública (a iniciar no dia 17) a esta proposta de Contrato de Concessão, lançando um micro-site através do qual seja possível aceder livremente à sua leitura. Mas só tomar conhecimento da proposta de Contrato de Concessão é pouco. O micro-site que tenciono lançar deve ser um fórum aberto à participação de qualquer cidadão que considere ter uma palavra a dizer sobre o serviço público de media. Deve ser muito mais do que um espaço de simples consulta, deve ser um banco de ideias onde cada um possa contribuir com as suas sugestões e soluções. E, em conjunto com o CA da RTP, pretendo que seja também uma oportunidade para os cidadãos poderem ter uma voz quanto ao que pretendem da RTP nas suas múltiplas dimensões.

Será através deste micro-site que também divulgarei e promoverei o dia do Serviço Público a realizar no final da discussão pública. Este dia será uma jornada dedicada à discussão do Contrato de Concessão e do Serviço Público da RTP, em que haverá conferências, workshops, e debates, a serem realizados no espaço da RTP e em que esta poderá ser visitada pelos seus ouvintes e telespectadores. Algumas das melhores sugestões apresentadas no Banco de Ideias serão discutidas no contexto desse dia.

Este contrato de concessão pressupõe um novo modelo de Governo cujos detalhes serão concretizados numa proposta de alteração dos estatutos da empresa a apresentar durante o mês de Novembro. Estou consciente de que este contrato de concessão também pode exigir alterações à lei da televisão que irei apresentar igualmente durante o mesmo período esperando que seja possível a entrada em vigor deste contrato no dia 1 de Janeiro de 2014.

No que concerne o modelo de Governo, quero aqui deixar claro que a sua principal novidade vai ser a criação de um Conselho Geral independente a quem serão atribuídos grande parte dos poderes de supervisão e controle do cumprimento do contrato de concessão. Esse Conselho Geral será, igualmente, responsável pela escolha do Conselho de Administração da empresa. O atual CA cumprirá, assim o espero, o seu mandato tendo, no entanto, de submeter um plano estratégico a esse Conselho Geral.

As regras concretas de nomeação/eleição deste Conselho Geral serão apresentadas na proposta de alteração dos Estatutos. O objectivo do Governo é ter um órgão genuinamente independente e não representativo de diferentes partidos ou interesses sociais. Deve ter, igualmente, uma composição limitada (5 a 7 membros) de forma a poder ser realmente coeso e eficaz no exercício dos seus poderes.

O objectivo desta alteração no modelo de Governo da empresa é eliminar o risco (ou percepção do mesmo) de governamentalização da empresa.

Não se trata apenas de um risco que, em si mesmo, se concretizado, é inaceitável. Mesmo que este risco não seja real a verdade é que a percepção generalizada de que o mesmo existe afecta a credibilidade e imagem do serviço público perante os portugueses.

Para além disso, como já referi algumas vezes, este risco tem, igualmente, um impacto negativo na capacidade de gestão efetiva da empresa, na medida em que a simples ideia de que o CA pode ser um instrumento do poder político provoca graves entraves e disfunções na gestão da empresa (isto foi-me confirmado por muitos responsáveis e trabalhadores, atuais e passados da empresa).



Esta capacidade de gestão efetiva e governo estratégico da empresa será igualmente promovida pela estabilidade do financiamento da empresa que é agora assegurado, no contrato de concessão, num horizonte plurianual.

Este novo modelo não será perfeito (nenhum é) mas acredito que será seguramente menos imperfeito do que o atual.

Por último não quero deixar de referir-me à questão da TDT (televisão em acesso livre). Este é um tema de grande complexidade, desde logo técnica e jurídica.

Tenho uma orientação estratégica clara: a oferta de canais em sinal aberto em Portugal é insuficiente. A TDT tem de aumentar a sua oferta aos portugueses.

Também entendo que a oferta de novos canais no TDT deve incluir preferencialmente pelo menos um canal de informação (com uma forte componente regional) e um canal infanto-juvenil.

A forma como este processo de alargamento se processará deve, no entanto, ser parte de uma decisão estratégica mais ampla sobre o futuro do TDT (incluindo o seu papel no que concerne o HD e os novos meios audiovisuais) e atender o máximo possível às circunstâncias do mercado.

Por isso é com muito interesse que apoio o processo de discussão pública (envolvendo em particular os diferentes players do sector) sobre o futuro da TDT a ser lançado pela Anacom e ERC. É minha intenção que, o mais tardar no início do próximo ano, existam desenvolvimentos concretos na oferta TDT e nas decisões de estratégia com ela relacionadas.



Para me auxiliar, quer na preparação das propostas de alteração do modelo de Governo da RTP, quer nas decisões a tomar (no respeito das competências próprias da ERC e Anacom) na TDT, nomeei uma comissão de acompanhamento composta pelo Dr. Ponce Leão, Dr. Pedro Machado e Professores Júlio Gomes e Ricardo Reis.

Esta Comissão irá, igualmente, proceder a uma análise do mercado de produção, agregação e distribuição de conteúdos audiovisuais em Portugal.

Muito obrigado.

(prevalece a versão lida)

